

a)

**DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CONTEÚDO DO  
CADERNO DE ENCARGOS, EM CONFORMIDADE COM  
O MODELO CONSTANTE DO ANEXO I DO CCP**

Para cumprimento do estipulado na alínea a) do ponto IX do Convite

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — Ricardo Nuno Seabra de Campos, Cartão de Cidadão n.º 11506073 e residente na Estrada de Pinheiro – 3430-702 Carregal do Sal, na qualidade de representante legal da **RIPORTICO – ENGENHARIA Lda.**, pessoa coletiva n.º 506 782 328 e sede social na Rua Viriato 161 – 3430-649 Cabanas de Viriato, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para a Aquisição de Serviços de **“PROJETOS DE ESPECIALIDADES PARA O LOTEAMENTO MUNICIPAL SUL NASCENTE – FASE 2”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) *Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111- B/2017, de 31.08, a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I) – Presente declaração;*
- b) *Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca:*
  - i. *Preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;*
  - ii. *Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;*
  - iii. *Indicação da forma de faturação;*
  - iv. *Prazo de execução dos serviços;*
  - v. *Mapa de quantidades - Anexo I ao caderno de encargos.*
- c) *Certidão de Registo Comercial.*

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado

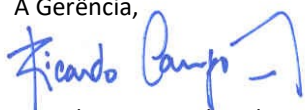
para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Cabanas de Viriato, 4 de abril de 2019

A Gerência,



Ricardo Nuno Seabra de Campos